



A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos.
Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?

Denuncie em nossos canais de comunicação:
feraesp@feraesp.org.br
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

Destaque

Fim da escala 6x1

Siga as redes sociais da FERAESP



Inflação
Mês de referência: março de 2026
Últimos 12 meses

INPC: 3,77%
IPCA: 4,14%



O fortalecimento das entidades sindicais é essencial para garantir direitos, ampliar conquistas e dar voz organizada aos trabalhadores(as)

Cinco federações de assalariados rurais e FERAESP participam de encontro em Campinas sobre a cadeia da laranja



Entre os dias 5 e 7 de maio de 2026, a cidade de Campinas sediou um encontro voltado à análise das condições de trabalho na cadeia produtiva do suco de laranja. A atividade foi promovida pela TIE Global e reuniu representantes de trabalhadores, entidades, pesquisadores e instituições públicas.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade Social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site: www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de Guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (14) 3879-5198.



Um dos principais destaques foi a forte presença de federações de assalariados rurais de diferentes estados do Brasil, incluindo representantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Bahia, São Paulo e Paraná, além da participação da FERAESP. Também estiveram presentes sindicatos de trabalhadores de Minas Gerais. Essas entidades tiveram papel central nos debates e na construção de propostas, reforçando a importância da organização coletiva na defesa de melhores condições de trabalho ao longo de toda a cadeia da laranja

A iniciativa integra a chamada “Rede Suco”, que busca fortalecer a atuação dos trabalhadores na cadeia produtiva. Durante os três dias de programação, foram discutidos temas como condições de trabalho, saúde, informalidade e mecanismos de monitoramento.

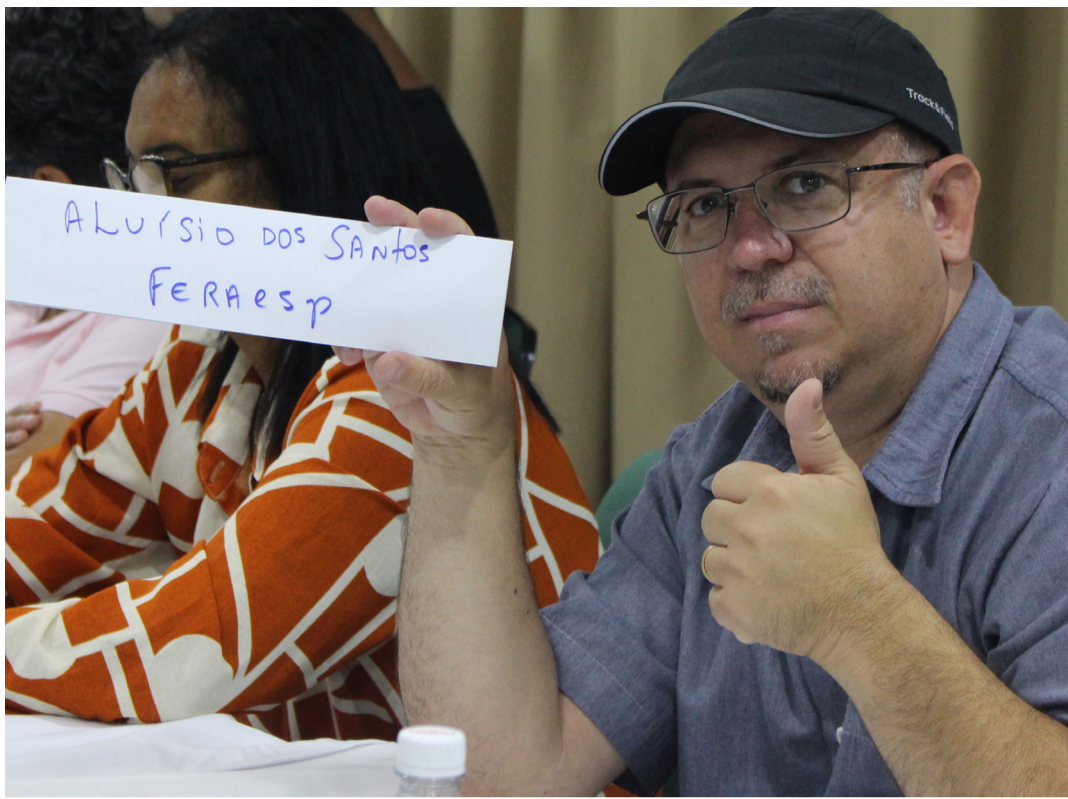
O encontro também contou com a participação de federações da indústria, pesquisadores de universidades e representantes do Ministério Público do Trabalho. A diversidade de participantes contribuiu para ampliar o debate e qualificar as propostas apresentadas.



Entre os principais pontos discutidos estiveram o adoecimento relacionado ao trabalho, a qualidade dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), as dificuldades de acesso a serviços, questões de adoecimento em relação a exposição a agrotóxicos e os impactos da informalidade. Estudos e pesquisas sobre esses temas foram apresentados, seguidos de debates sobre encaminhamentos e possíveis soluções.

Outro destaque foi a discussão sobre ferramentas de mapeamento da cadeia produtiva, com foco na identificação de desafios, no acompanhamento das condições de trabalho e na comparação de acordos coletivos. Também foram apresentadas plataformas digitais e canais de escuta dos trabalhadores, considerados importantes para fortalecer a organização e a participação no setor.

Ao final do encontro, foi reforçada a necessidade de ampliar a articulação entre trabalhadores, entidades representativas, instituições públicas e o setor produtivo. A avaliação geral é de que esse diálogo é fundamental para avançar na construção de uma cadeia da laranja mais justa, com respeito aos direitos e melhores condições de trabalho para todos os envolvidos.



Para o secretário-geral da FERAESP, Aluisio dos Santos Filho, “este encontro é fundamental para dar visibilidade à realidade dos trabalhadores da cadeia da laranja e fortalecer a construção de soluções coletivas que garantam dignidade, direitos e melhores condições de trabalho em todo o setor”.

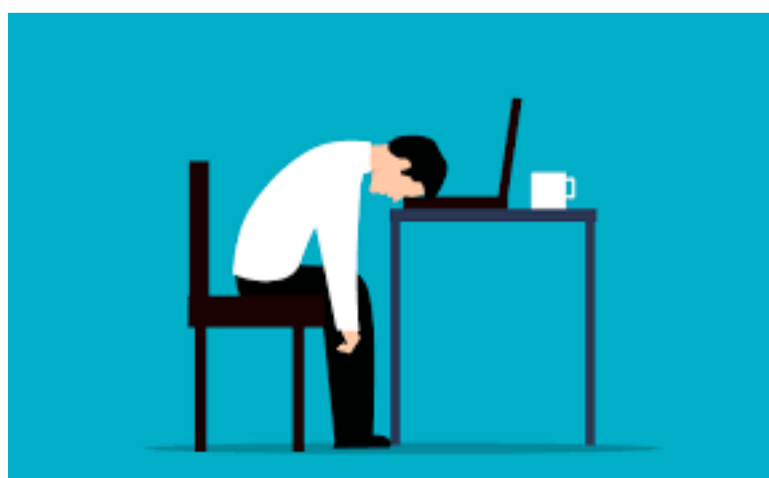
Fim da escala 6x1 mobiliza debate nacional e impacta diretamente assalariados rurais



A proposta de fim da escala 6x1 — modelo de trabalho em que o empregado atua seis dias consecutivos e descansa apenas um — tem intensificado o debate no Brasil e acende um alerta importante para os empregados assalariados rurais. A discussão, que avança no Congresso Nacional, prevê a redução da jornada semanal de 44 para até 40 horas, com a garantia de dois dias de descanso, sem redução salarial.

Para a FERAESP, o tema é estratégico e dialoga diretamente com a realidade dos trabalhadores do agronegócio, que enfrentam rotinas intensas e, muitas vezes, condições de trabalho desgastantes.

Atualmente, a escala 6x1 é amplamente utilizada em diversos setores, incluindo atividades rurais como plantio, cultivo e colheita. Nessas funções, os trabalhadores estão expostos a longas jornadas, esforço físico elevado, variações climáticas e, em muitos casos, dificuldades de acesso a serviços de saúde e apoio. Esse cenário contribui para o aumento do cansaço, adoecimento e riscos de acidentes de trabalho.



A proposta de redução da jornada é defendida por entidades sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores, que apontam a necessidade de garantir melhores condições de vida e trabalho. Para os assalariados rurais, a medida representa a possibilidade concreta de mais tempo de descanso, recuperação física e convivência familiar.

Além dos impactos sociais, estudos citados no debate indicam que a redução da jornada pode trazer benefícios econômicos. Entre eles, o aumento da produtividade, a redução de afastamentos por problemas de saúde e a geração de novos postos de trabalho, a partir de uma melhor distribuição das horas trabalhadas.

Experiências internacionais também reforçam esse argumento, demonstrando que jornadas mais equilibradas podem beneficiar tanto trabalhadores quanto empregadores, sem prejuízo à produção.

Apesar disso, o tema enfrenta resistência de setores empresariais, que alegam aumento de custos e possíveis impactos na competitividade. A divergência mantém a proposta em disputa no Congresso Nacional e evidencia a necessidade de ampliar o diálogo social sobre o tema.

Na avaliação da FERAESP, o fim da escala 6x1 representa um avanço importante na valorização do trabalho rural. A entidade defende que a medida deve ser analisada a partir da realidade dos trabalhadores que estão na base da produção, especialmente aqueles submetidos a atividades mais pesadas e repetitivas.

Para o presidente da FERAESP, Jotalune Dias dos Santos, o Jota, “a redução da jornada e o fim da escala 6x1 são fundamentais para garantir mais dignidade aos assalariados rurais. Estamos falando de saúde, qualidade de vida e respeito a quem sustenta a produção no país”.

A FERAESP reforça que continuará acompanhando o debate e atuando na defesa de medidas que promovam melhores condições de trabalho, renda e direitos para os empregados assalariados rurais.

INPC e IPCA: como são medidos e por que não são iguais



O Brasil possui diferentes indicadores para medir a inflação, sendo os dois principais o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Ambos são calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mas têm objetivos e públicos distintos — o que explica por que seus resultados podem divergir.

O INPC foi criado com o objetivo de medir a variação do custo de vida das famílias de menor renda, aquelas que recebem entre 1 e 5 salários mínimos. Por isso, ele reflete com mais intensidade o impacto da inflação sobre trabalhadores assalariados, especialmente em itens essenciais como alimentação, transporte e contas básicas. Já o IPCA é mais amplo: considera famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos, sendo o índice oficial utilizado pelo governo federal para o sistema de metas de inflação.

A principal diferença entre os dois índices está na estrutura de consumo considerada. Como famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com itens básicos — principalmente alimentos e energia —, o INPC tende a ser mais sensível ao aumento desses preços. Em períodos de alta nos alimentos, por exemplo, é comum que o INPC registre variações maiores do que o IPCA. Por outro lado, o IPCA inclui com maior peso gastos típicos de famílias de renda mais alta, como educação privada, planos de saúde e serviços diversos.

Apesar dessas diferenças, a metodologia de cálculo é semelhante. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza mensalmente a coleta de preços em diversas regiões do país, acompanhando uma cesta de produtos e serviços. Cada item possui um peso específico, definido de acordo com sua importância no orçamento das famílias pesquisadas. A partir daí, calcula-se a variação média ponderada dos preços, resultando no índice de inflação do período.

Na prática, os dois indicadores têm usos distintos. O INPC é amplamente utilizado como referência em negociações salariais e reajustes de categorias profissionais, justamente por representar melhor o custo de vida dos trabalhadores. Já o IPCA orienta a política econômica do país, sendo o parâmetro utilizado pelo Banco Central do Brasil para definir a taxa de juros e controlar a inflação.

Assim, embora ambos meçam a variação de preços, INPC e IPCA não são intercambiáveis. Entender essa diferença é essencial para interpretar corretamente os dados de inflação e seus impactos no dia a dia — especialmente em um país onde o peso dos preços básicos no orçamento das famílias ainda é determinante.